

## ACCI - Anexo I [2021.1]

<b>Data de envio</b>
27/07/2021 11:39:01
<b>Endereço IP</b>
189.89.63.174
<b>URL de referência</b>
http://sicapweb1.tce.al.gov.br/

## ACCI - PODER EXECUTIVO

<b>Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?</b>
Sim [Y]
<b>Lei de Instituição do Controle Interno:</b>
484/2011
<b>Possui entidade da Administração Pública Indireta?</b>
Sim [Y]
<b>O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestres anterior, em audiência pública?</b>
Sim [Y]
<b>Onde foi realizada audiência Pública?</b>
Câmara municipal de forma remota
<b>A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?</b>
Sim [Y]
<b>O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?</b>
Não [N]
<b>A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?</b>
Não [N]
<b>Houve realização de operação de crédito?</b>
Não [N]
<b>Qual a modalidade da Operação de Crédito?</b>
por antecipação da receita (ARO) [Q3]
<b>Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?</b>
Não [N]
<b>As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?</b>
Não [N]
<b>O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?</b>
Não [N]
<b>Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior?</b>
Não [N]

<b>A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?</b>
Não [N]
<b>A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?</b>
Não [N]
<b>O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?</b>
Sim [Y]
<b>As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?</b>
Sim [Y]
<b>As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades?</b>
Sim [Y]
<b>As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?</b>
Sim [Y]
<b>Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?</b>
Sim [Y]
<b>Existem obras paralisadas?</b>
Não [N]
<b>Existem obras em andamento?</b>
Sim [Y]
<b>O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?</b>
Sim [Y]
<b>Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?</b>
Sim [Y]
<b>Houve abertura de créditos adicionais?</b>
Sim [Y]
<b>Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?</b>
Sim [Y]
<b>As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?</b>
Sim [Y]
<b>Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?</b>
Sim [Y]
<b>Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?</b>
Sim [Y]
<b>Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?</b>
Sim [Y]
<b>Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?</b>
Não [N]
<b>Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?</b>
Sim [Y]

**Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?**

Sim [Y]

**Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?**

Sim [Y]

**As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?**

Sim [Y]

**Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?**

Sim [Y]

**Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?**

Não [N]

**Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?**

Não [N]

**Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito?**

Não [N]

**Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?**

Sim [Y]

**Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?**

Sim [Y]

**Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?**

Não [N]

**Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?**

Não [N]

**Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?**

Não [N]

**Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?**

Não [N]

**Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?**

Não [N]

**Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?**

Sim [Y]

**Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?**

Sim [Y]

**A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?**

Não [N]

**Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?**

Sim [Y]

**A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?**

Sim [Y]

<b>A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?</b>
Sim [Y]
<b>O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?</b>
Sim [Y]
<b>O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?</b>
Sim [Y]
<b>Os servidores foram admitidos através de concurso público?</b>
Sim [Y]
<b>Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?</b>
Sim [Y]
<b>Existem servidores contratados por tempo determinado?</b>
Sim [Y]
<b>Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?</b>
Sim [Y]
<b>Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?</b>
Não [N]
<b>Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?</b>
Sim [Y]
<b>Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?</b>
Não [N]
<b>Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?</b>
Não [N]
<b>Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?</b>
Não [N]
<b>Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?</b>
Sim [Y]
<b>O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?</b>
Sim [Y]
<b>O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?</b>
Sim [Y]
<b>É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?</b>
Sim [Y]
<b>Houve despesa ordenada sem a autorização legal?</b>
Não [N]
<b>A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?</b>
Sim [Y]
<b>As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?</b>
Sim [Y]
<b>O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?</b>
Sim [Y]

**O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?**

Sim [Y]

**O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?**

Sim [Y]

**Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos?**

Não [N]

**Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00?**

Não [N]

**O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?**

Sim [Y]

**O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?**

Sim [Y]

**O orçamento foi superestimado?**

Não [N]

**O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?**

Sim [Y]

**O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?**

Sim [Y]

**Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?**

Sim [Y]

**Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?**

Não [N]

**Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?**

Sim [Y]

**Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?**

Não [N]

**Houve despesa não empenha de competência do referente período?**

Não [N]

**Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?**

Sim [Y]

**Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?**

Sim [Y]

**Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?**

Não [N]

**Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?**

Sim [Y]

**O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?**

Não [N]

**O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**

Não [N]

**Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?**

Sim [Y]

**O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?**

Sim [Y]

**Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?**

Sim [Y]

**Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?**

Sim [Y]

**O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?**

Não [N]

**Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:**

Controladoria Interna do Município embora não tenha detectado ilegalidades no curso dos trabalhos realizados no exercício de 2021.1, não exclui a possibilidade de existência, visto que os testes foram realizados por amostragem, nos termos das normas que disciplinam as auditorias internas.

**NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto as falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas):**

7 - não considerar por não ter a opção correta.